

Jornalismo decolonial no Instagram: o enquadramento da pauta climática em perfis de mídia hegemônica e contra hegemônica na cobertura nacional e regionalizada com foco na Amazônia

Jéssica de Souza Carneiro¹

Walter Teixeira Lima Júnior²

Resumo

O presente artigo visa analisar enquadramentos sobre a pauta climática a partir do jornalismo de Instagram, diferenciando as abordagens feitas por perfis oficiais da mídia tradicional em contraponto aos de perfis de mídia alternativa, focados ou não no nicho ambiental. Utilizando-nos da etnografia digital, objetivamos ressaltar como a decolonialidade se manifesta no jornalismo praticado e consumido nesta plataforma, bem como caracterizar o agenciamento de redes a partir do engajamento de hashtags. Com isso, demonstraremos que perfis de mídia alternativa no Instagram são mais assertivos na difusão de abordagens mais aprofundadas e, portanto, decoloniais, no que se refere a conteúdos como, por exemplo, os referentes às enchentes ocorridas em São Paulo e em estados da região Norte em fevereiro/março de 2023.

Palavras-chave: Jornalismo. Decolonialidade. Instagram.

Decolonial journalism on Instagram: framing the climate agenda in hegemonic and counter-hegemonic media profiles in national and regionalized coverage with a focus on the Amazon

Abstract

This article aims to analyze frameworks on the climate agenda from Instagram journalism, differentiating the approaches made by official profiles of the traditional media in contrast to those of alternative media profiles, focused or not on the environmental niche. Using digital ethnography, we aim to highlight how decoloniality manifests itself in the journalism practiced and consumed on this platform, as well as to characterize the agency of networks based on the engagement of hashtags. With this, we will demonstrate that alternative media profiles on Instagram are more assertive in the dissemination of more in-depth and, therefore, decolonial approaches, with regard to content such as, for example, those referring to the floods that occurred in São Paulo and in states of the region. North in February/March 2023.

Keywords: Journalism. Decoloniality. Instagram.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jessica.souza.jor@gmail.com.

² Docente do PPGCOM UFPA e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: walterteixeiralimajunior@gmail.com.

Introdução

No sentido de se adaptar às novas práticas de produção e recepção de conteúdo, cada vez mais empresas, agências e meios de comunicação estão usando plataformas digitais, a exemplo do TikTok e do Instagram, para a difusão de notícias. Segundo dados do Instituto Reuters, por meio do estudo da Universidade de Oxford, sobre o acesso a notícias digitais em 2022 (NEWMAN, 2022)³, o consumo online e social de informações por meio de redes visuais tecnológicas tem crescido em relação à mídia massiva tradicional. O relatório Reuters realizou um estudo qualitativo detalhado em três países (Reino Unido, Estados Unidos e Brasil) e aponta que essas plataformas cresceram, no último ano, quanto ao uso para consumo de notícias, sendo o Instagram em 40% e o TikTok em 16%.

Nesse contexto, nos chama a atenção a produção de conteúdo e a possibilidade de participação da audiência por meio de pautas abordadas e veiculadas via Instagram, sendo ainda esta plataforma uma das que permitem a indexação de conteúdos por meio de *hashtags* sobre temas específicos, ou seja, palavras-chave precedidas do símbolo cerquilha (#). Como também são chamadas, as *tags* geram *hiperlinks* de acesso a demais conteúdos disponíveis publicamente na rede acerca de assuntos semelhantes. Assim, o Instagram tem sido uma ambiência bastante procurada e utilizada não apenas por grupos de mídia tradicionais, como também pelo circuito alternativo e pela própria sociedade civil na esfera pública hiper e interconectada (BENKLER, 2006; LIMA JÚNIOR, 2011).

A *Agência Pública*, inclusive, site de notícias e mídia que se dedica ao “jornalismo que defende a democracia e está ao lado da verdade”⁴, realizou um mapeamento que atesta também o crescimento da prática de jornalismo alternativo no Instagram⁵. Esse tipo de mídia, muitas vezes, questiona e/ou coloca em xeque o que é publicizado/abordado/reproduzido pela mídia tradicional, até então tida como hegemônica, no sentido de ter o “poder” de representar o mundo social contemporâneo (COULDRY; HEPP, 2016). Aqui, levamos em consideração o conceito de *hegemonia*, no âmbito gramsciano, que é “a preponderância da sociedade civil sobre a sociedade política” (SOBRAL; RIBEIRO, 2020, p. 94).

³ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>. Acesso em: 24 out. 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/agenciapublica/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 29 out. 2022.

Essa contrapartida de enquadramentos (SOARES, 2009)⁶ entre os diversos tipos de mídia se dá, em grande parte, devido à colaboratividade na produção de conteúdos possibilitada pela midiatização dos usos sociais da mídia digital. O potencial interativo do digital também inclui os(as) usuários(as), dentre outros atores, nos polos de emissão (*prosummers*⁷), além de diversas possibilidades de abordagens, dentre elas as que, neste trabalho, denominamos decoloniais, isto é, que contrapõem os estigmas herdados da cultura ocidental, ora colonizadora (MIGNOLO, 2007; 2020), ou seja, contra-hegemônica e/ou alternativa, ou ainda independente, “militante”.

Nesse sentido, trazemos à baila um tema que divide opiniões e formas de abordagem na agenda pública cotidiana, incluindo a que circula na ambiência do Instagram: a pauta climática. Nosso objetivo é caracterizar o discurso de mídia tradicional ou do “jornalismo profissional” — ou ainda hegemônico — sobre o assunto, e, diferenciá-lo do enquadramento decolonial, muitas vezes proposto pela mídia alternativa ou pelo que aqui chamamos “jornalismo militante” (POSSEBON; SOARES, 2012), conforme sugere a própria chamada da revista Pauta Geral para o dossiê *Jornalismo e decolonialidade*⁸.

Assim, elencamos como *corpus* dessa pesquisa — com base na Teoria Fundamenta de Fragoso *et. al.* (2015) — posts que melhor se adaptam ao nosso objetivo de análise: os que anunciaram, por parte do jornalismo profissional⁹, as enchentes ocorridas em São Paulo e em estados da região Norte em fevereiro/março de 2023; e os que contrapuseram ou ofereceram informações mais aprofundadas e/ou questionadoras sobre o mesmo assunto pelo *jornalismo militante* (POSSEBON; SOARES, 2012). É nesse contrafluxo de oposição que enquadrámos e identificamos postagens que mobilizaram a rede de usuários(as) do Instagram para a colaboratividade na produção de conteúdo a partir de *hashtags* como #racismoambiental, #sosAcre e #criseclimática.

Como exemplo de mídia massiva tradicional presente no Instagram, tomamos como referência o @portalg1¹⁰, pertencente ao conglomerado Globo, grupo de comunicação dominante no Brasil. Já como mídia alternativa, dentre as que abordaram o

⁶ Sabemos que a análise de enquadramento tem origem em estudos de autores como Bateson (1954) e Goffman (1974), dos quais a referência que utilizamos neste artigo: Soares (2009) bebe na fonte.

⁷ O termo foi criado originalmente por Alvin Toffler, autor de *A Terceira Onda* (1984), mas atualmente é bastante discutido por autores como Sá e Scholari (2018).

⁸ Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/announcement/view/481>. Acesso em: 18 abr. 2023.

⁹ Referência ao dito jornalismo hegemônico também assim denominado na chamada do presente dossiê.

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/portalg1/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

mesmo conteúdo sob diferentes pontos de vista, elencamos perfis também nacionais, como o da @revistatrip¹¹ e o @escoladeativismo¹², bem como o regional ambientalista @amazoniareal¹³ e o acreano @chicomendescomite¹⁴.

A nossa intenção é, a partir da análise de enquadramento (SOARES, 2009) e de algumas das técnicas de etnografia digital (FERRAZ, 2009; KOZINETS, 2014), demonstrar por que e de que forma o jornalismo militante oportuniza abordagens decoloniais sobre a pauta climática. Além disso, buscaremos relacionar a produção desse conteúdo com as características do próprio Instagram, enquanto ambiência propícia a um tipo de narrativa que favorece por meio da participação dos(as) usuários(as), o agenciamento de redes, interpretações e formação de opiniões contra-hegemônicas, principalmente a respeito da região amazônica, historicamente invisibilizada e/ou estereotipada no jornalismo nacional, incluindo o de nicho ambiental (DUTRA, 2009; COSTA, 2022).

O jornalismo ambiental e sua evolução conforme a ecologia das mídias

Segundo Verón (2013), em uma abordagem histórica e antropológica da midiatização da sociedade, é a “revolução do acesso” (VERÓN, 2013) que dá origem ao cenário contemporâneo de comunicação e processos midiáticos que hoje conhecemos e vivenciamos. Com a popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) — segundo Rodrigues (2016, p. 15): “o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas” —, cada vez mais a existência em rede — de actantes, humanos e não-humanos (LATOUR, 2012) — se torna irreversível.

Autores como Bertochi (2013) e Canavilhas *et. al.* (2017) nomeiam esse tipo próprio de comunicar via TICs como “narrativa digital”, “jornalismo online”, “jornalismo móvel”, “ciber” ou ainda “webjornalismo”: um sistema complexo, que, sendo jornalístico, passa a ser de produção coletiva.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/revistatrip/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/escoladeativismo/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/amazoniareal/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/chicomendescomite/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

No que se trata à pauta ambiental, tradicionalmente, os veículos de mídia hegemônicos costumam produzir e elencar notícias de acordo com critérios editoriais específicos e também, conforme propõe Traquina (2004, p. 173), segundo valores-notícia, ou seja, um conjunto de pré-determinações que fornecem ao fato “a aptidão de merecer um tratamento jornalístico”. Assim, a cobertura do meio ambiente na mídia, até então, costuma ser estática e partir, sobretudo, em decorrência da quebra de “normalidade”, portanto atrelada ao teor “catastrófico” (LOOSE; CAMANAE; BELMONTE, 2017 *apud* MISSE FILHO; LOOSE, 2020, p. 46).

Sobre o tema Amazônia, mais ainda, o enfoque rotineiro costuma ser sob o viés da exploração, com destaque para a biodiversidade e a bioeconomia¹⁵; ou ainda, sob a ótica do que é “curioso”, “exótico”, portanto estereotipado, como se a região fosse constituída apenas de floresta e de povos indígenas, estes vistos até hoje como “selvagens” (DUTRA, 2009; AMARAL FILHO, 2016; LOUREIRO, 2022; COSTA, 2022). Quando a ênfase se dá em ações de preservação/conservação, entram em cena as organizações não-governamentais, movimentos sociais e/ou de esquerda, o que dá vez à “militância” e o discurso contra-hegemônico (AMORIM, 2021).

Assim, entendemos que, embora haja cobertura sobre a região, no país, ela se dá de maneira fragmentada. Ganham relevância somente temas que são considerados “pautas quentes”, isto é, “assuntos que, dotados de impacto evidente e inquestionável, repercutem em todos os noticiários do dia” (STEIGLEDER, 2021).

E se não fossem as ditas “pautas quentes”?

É possível que as informações sobre o Norte ficassem restritas aos *sites* e noticiários regionais, ou ainda, aos informativos de entidades militantes, científicas e não-governamentais. Quiçá, apenas nas redes sociais e nas “falas” de quem vive nos estados nortistas ou defende as causas ambientalistas.

Segundo Misse Filho e Loose (2020, p. 44), “é plausível perceber as semelhanças entre a trajetória do jornalismo ambiental e a do próprio movimento ambientalista”, de modo que, ao longo do tempo, o jornalismo ambiental foi ganhando novos contornos. As pautas dessa editoria, agora, em algumas mídias, passam a levar em conta também a “percepção de que vivemos uma crise ambiental global e/ou uma crise

¹⁵ Práticas de produção e aplicação tecnológica que parte de processos biológicos nas áreas de saúde humana, técnicas agrícolas, de pecuária e de desenvolvimento biotecnológicas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013).

civilizatória, marcada por uma ideia de progresso infinito e sustentada pela hegemonia da racionalidade moderna” (*ibid.*, 2020, p. 36). Do que já podemos vislumbrar a perspectiva da decolonialidade no que se refere ao descortinamento do “pensamento ecológico sob as lentes do Ocidente” (LEFF, 2016 *apud* MISSE FILHO; LOOSE, 2020, p. 36).

Nesse sentido, o Instagram gera um ecossistema comunicacional digital próprio do contexto tecnológico que molda a contemporaneidade (STRATE; BRAGA; LEVINSSON, 2019), do qual participam diversos atores na medida em que dispõem de influência de disseminação e de participação propiciadas pelo universo online. Assim, se há um discurso hegemônico que marginaliza a temática ambiental e/ou as questões relativas aos conflitos e problemas vivenciados na Amazônia; na ambiência digital, é possível ver nascer também um contradiscurso que, ainda que disfarçado de “militância”, chama atenção a formas diferentes de interpretar o jornalismo ambiental e o futuro do planeta, atrelado à pauta climática.

A decolonialidade presente nas hashtags e a indexação de conteúdos educacionais

Pensar o jornalismo praticado no Instagram pela perspectiva da decolonialidade é justamente considerar uma nova postura epistêmica (MALDONADO-TORRES, 2018) enquanto fio condutor para “fluxos e estruturas historicamente partilhados, a fim de construir outras conexões e outros caminhos a partir dos quais produzir conhecimento” (SARDINHA *et. al.*, 2022, p. 13-14). Por isso, tomamos as *hashtags* de mobilização do Instagram como referências para a busca de conteúdos alternativos circulantes na rede social de forma a também propiciar “educomunicação”. Tal conceito foi cunhado por Gómez (2014, p. 9) para pensar, de modo mais abrangente,

[...] fenômenos de ensino-aprendizagem sob as circunstâncias que matizam a vida contemporânea em sua pluralidade de dispositivos técnicos, estímulos à visualidade, desafios suscitados pelos circuitos digitais, instigações provocadas pelas estratégias de produção, circulação e distribuição da informação e do conhecimento (GÓMEZ, 2014, p. 9).

Desse modo, a ambiência e as características típicas do digital trazem ao protagonismo dos processos comunicacionais os meios alternativos e as audiências “prosumidoras” de informação (*ibid.*).

É neste momento que vemos serem transgredidos os padrões recorrentes de cognição com os quais tradicionalmente a pauta ambiental e climática é abordada pela comunicação dominante, no caso, representada pelos meios de comunicação eletrônicos tradicionais.

No diretório de buscas por *hashtags* do Instagram, por exemplo, o termo *#racismoambiental* possui mais de 5 mil conteúdos indexados, dentre posts e *reels*¹⁶; *#sosAcre* possui igualmente mais de 5 mil publicações; enquanto *#criseclimática* e/ou *#criseclimatica* (sem acento) traz 17,5 mil publicações e mais de 5 mil publicações, respectivamente.

Seria um mapeamento muito árduo verificar a origem de cada uma dessas postagens, o que não cabe neste artigo. Mas, consideramos que, apenas pelo fato de estarem disponíveis para acesso público no Instagram e também poderem se somar a outros conteúdos produzidos e disponibilizados por parte das audiências participativas, já se constituem por si só ao que, nesta pesquisa, denominamos *Instaframes* contra-hegemônicos ou enquadramentos decoloniais educacionais. Primeiro por trazerem perspectivas alternativas às abordagens da mídia massiva. E, em segundo lugar, por permitirem a interação e a colaboratividade dos(a) usuários(a) que decidirem se inserir nesse processo comunicacional, seja na produção, seja na interação ou no compartilhamento/reverberação dessas informações ou, ainda, criando memória social digital sobre assuntos que estiveram em discussão na agenda pública nacional.

Então, unimos o termo decolonialidade — entendida como antítese do colonialismo (MARTINS, 2022) — à cultura participativa, típica da sociedade contemporânea (JENKINS, 2009), para situar o jornalismo alternativo e/ou independente. A estes, mais ainda, somamos perfis de *influencers*¹⁷ digitais de diversas origens, sendo muitos administrados por lideranças de povos indígenas, ativistas, militantes e ambientalistas, como potencializadores de um “lôcus de trocas e diálogos marcados pelas dinâmicas sociotécnicas, tecnoculturais” (GÔMEZ, 2014, p. 9), aqui representado pela ambiência da plataforma Instagram, que acabam desempenhando função educacional. Segundo Lima (2022, p. 75):

¹⁶ Ferramenta do Instagram para fazer gravações ou subir vídeos prontos, associados a música, filtros ou outros recursos de edição.

¹⁷ Perfis que se destacam no Instagram por terem grande número de seguidores e serem formadores de opinião na medida em que têm seus conteúdos curtidos, comentados e compartilhados na ambiência online.

Esse é um dos principais eixos de contribuição que o pensamento decolonial oferece para a pesquisa e a prática do jornalismo: instigar a potente atitude de buscar compreender as conjunturas de forma ampla e plural, que não reforce dualismos, e que considere as insurgências que emergem justamente no interior da própria lógica que se analisa.

Assim, vemos a colaboratividade na produção/reverberação de conteúdo via *hashtags* no Instagram como instigante à apresentação de “outras formas possíveis de abordagens, a partir de olhares mais plurais, que contemplem aspectos e grupos sociais historicamente marginalizados pelo paradigma moderno-capitalista” (LIMA, 2022, p. 78-79). E, em se tratando do jornalismo ambiental e da pauta climática, traz o ponto de vista historicamente segregado da mídia hegemônica, que é o nortista. Isso gera o empoderamento discursivo e/ou autonomia simbólica a temas/grupos marginalizados/subalternos (MIGNOLO, 2007; 2020), reafirmando valores de resistência e emancipação para dar conta das urgências, emergências e insurgências aos enquadres da ordem dominante.

151

Frames das enchentes de 2023 sob o olhar netnográfico

Kozinets (2014) define a netnografia como pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Este método de pesquisa utiliza como fonte de dados comunicações mediadas por computador com objetivo de compreender determinadas representações de grupos em um fenômeno social ou cultural que ocorre na ambiência digital. Neste artigo, exercitamos a observação participante de um fenômeno comunicacional sobre uma pauta específica, a saber: a climática, da qual realizamos a coleta de dados online, segundo a Teoria Fundamentada de Frago *et. al.* (2015), ou seja, que convencionamos estar relacionadas ao que gostaríamos de demonstrar neste estudo.

Portanto, nos interessamos por postagens sobre as enchentes de fevereiro/março de 2023 que ocorreram em São Paulo e em estados da região Norte. Nosso objetivo é analisar o enquadramento (SOARES, 2009) conferido ao tema pelos diferentes grupos sociais presentes no Instagram. E, com isso, identificar o agenciamento de redes de contradiscursos aos *frames* repercutidos por perfis de mídia hegemônica, nesta pesquisa representada pelo @portalG1.

Segundo Pinheiro (2004, n.p.), *frames* são “quadros de dados transmitidos entre os pontos de uma rede como uma unidade completa, constando de informações de controle de endereçamento e dos protocolos necessários”. A análise de *frames*, conforme autores como Gofman (1974) e Entman (2003 *apud* SOARES, 2009), se dá a partir da caracterização/interpretação de enquadramentos, em que os conteúdos informativos comunicacionais são construídos de acordo com determinados padrões científico-sociais “que permitem às pessoas atribuírem sentidos aos acontecimentos” (*ibid.*, 2009, p. 11).

Partindo ainda do pressuposto de que as tecnologias digitais oportunizam novas formas de pensar sobre novas lógicas e possibilitam práticas de análises diferenciadas para interpretação de dados, nos interessa reconhecer antropologicamente a existência de “nativos digitais” (LATOURE, 1994 *apud* FERRAZ, 2019, p. 64). Além disso, há os agenciamentos de redes, como os de perfis jornalísticos ativistas e/ou de cobertura de nicho sobre o meio ambiente com foco na Amazônia, como já mencionamos.

Assim, trazemos ainda para a discussão o papel desempenhado por usuários(as) comuns da sociedade civil interconectada e de *influencers*, enquanto colaboradores da produção de sentido coletiva que é própria da ambiência *web*. De modo que, para o agendamento noticioso proposto por McCombs (2004 *apud* SOARES, 2009), que possui três níveis de influência, sendo: 1) *Fontes externas* (governo, porta-vozes, campanhas); 2) *Agendamento recíproco entre os meios*; 3) *Normas sociais e tradições do jornalismo*; incluímos um quarto nível, definido pelo que perfis oficiais e de usuários(as) enquadram nas redes sociais digitais, bem como pelo que engajam as *hashtags*.

Bertocchi (2013) chama atenção ao fato de que também são próprias da narrativa digital as práticas de *Search Engine Marketing* (SEO), que otimizam a repercussão de notícias online por meio de ferramentas algorítmicas como o *Google AdWords*, ou seja, entregam conteúdo e o reverberam segundo o comportamento dos(as) usuários(as) e os rastros que estes deixam no percurso que realizam na *web*. De modo que, ao realizarmos pesquisa por palavras-chave sobre as referidas enchentes no *Google*, os primeiros conteúdos a serem apresentados pelo buscador são creditados ao *Portal G1*, seja o nacional, seja pelas versões regionalizadas: mais um motivo para termos escolhido o perfil deste portal de notícias especificamente para representar a webmídia hegemônica brasileira.

Dessa forma, o *Portal G1* começou a noticiar as fortes chuvas que acometeram principalmente o interior de São Paulo, em fevereiro de 2023, provocando deslizamentos

e enchentes. A pauta se estendeu também durante o mês de março, somando-se aos casos de fenômenos climáticos que atingiram igualmente estados da região Norte no mesmo período.

No levantamento de dados que fizemos manualmente diretamente na *timeline* dos perfis elencados, nesses dois meses, o @portalg1 — que repercute notícias nacionais e regionais por um único perfil oficial no Instagram — divulgou 65 posts sobre clima, sendo 50 sobre São Paulo e 15 sobre outros estados. Desses, seis são sobre estados da região Norte de modo geral e, apenas um, especificamente, sobre o Acre.

Já no @revistatrip, que apesar de ser nacional traz um foco “alternativo” no enquadramento das mesmas pautas dos meios hegemônicos, para o mesmo período, tivemos seis posts sobre clima, dos quais dois sobre a região Norte e Nordeste, e um deles especificamente mobilizando a *tag* #racismoambiental¹⁸. Já a outra postagem desse perfil traz um vídeo creditado à “reprodução/Twitter” e que mostra uma cena da água proveniente de alagamentos causados por fortes chuvas, invadindo e arrastando casas de palafita na região Norte, município de Manaus (AM).

O post¹⁹, datado de 29 de março, traz sobreposto ao vídeo a frase: “Enchentes no Norte e Nordeste”, seguida da manchete, “Desastres Invisíveis”, e ainda com o subtítulo “Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão estão sofrendo os efeitos causados por temporais similares ao que atingiu recentemente o litoral Norte de São Paulo — que recebeu bem mais atenção no debate público”. Seguido do questionamento: “se a tragédia é a mesma, por que a reação é diferente?”. A legenda da mesma postagem vai ainda mais a fundo, e alerta:

Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Tocantins e Maranhão estão em estado de alerta por causa das fortes chuvas que, desde a semana passada, têm causado estragos. Além de alagamentos e deslizamentos, os temporais deixaram mortos, feridos e milhares de desabrigados. Só no Acre, mais de 32 mil pessoas foram atingidas pelas cheias do Rio Acre e Igarapés. Apesar do amplo cenário de destruição, a tragédia no Norte e Nordeste do país não está recebendo a mesma atenção que desastres semelhantes. Não é de hoje que os incidentes que ocorrem fora do Sudeste, mesmo os de alta gravidade, são invisibilizados. Além da menor cobertura na mídia, esses eventos acabam sendo ignorados por parte da população, das empresas e dos influenciadores que poderiam mobilizar doações e ajuda para as famílias afetadas — que são, em sua maioria, pessoas negras e indígenas. Você já sentiu que as notícias se espalham

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoaOJdvMky8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqYUVS8NuO8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

de maneira diferente quando se trata de lugares distantes do eixo Rio-São Paulo?²⁰

Nota-se que a notícia do post é justamente o fato da calamidade pública regional não ser notícia na mídia hegemônica, ou caso tenha sido abordada, como o foi, inclusive pelo @portalG1, não recebeu a mesma atenção que o mesmo tipo de desastre ambiental vivenciado por moradores de São Sebastião (SP), em localidade conhecida como Vila Sahy.

Nos 50 posts do @portalG1 identificados por nossa pesquisa sobre as enchentes em São Paulo há vídeo-*selfies*²¹ feitos *in loco* por repórteres de mídia digital, dentre eles os que orientam usuários(as) ou consumidores(as) da informação a ajudar com doações às vítimas que perderam casas, pertences e familiares. Há ainda notícias sobre a visita do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva à localidade atingida.

Sobre a região Norte, no entanto, no conteúdo levantado, há dois posts que tematizam Manaus, um sobre o Acre e outros dois sobre o Maranhão, e ainda um sobre o Tocantins. Somente pelas chamadas sobrepostas às fotos postadas pelo @portalG1 sobre esses estados (Figura 1), já podemos notar a diferença na abordagem da questão climática no discurso hegemônico, que enquadra os casos muito mais pela superficialidade da informação ou pelo viés do estereótipo e da curiosidade:

154



Figura 1: Posts sobre a pauta climática na região Norte do @portalG1

Fonte: Instagram @portalG1

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqYUVS8NuO8/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²¹ Na tradução literal do inglês para o português, vídeos de si mesmo em formato *selfie* (fotografar ou gravar a si mesmo via câmera frontal do dispositivo móvel ou *smartphone*).

O primeiro *frame* da Figura 1 traz o tema das enchentes no Acre como recorrência. Já houve outros períodos em que o estado sofreu com as cheias do Rio Branco, pois fortes chuvas são características do clima equatorial amazônico. Em 2023, no entanto, a de fevereiro/março é a primeira situação de calamidade enfrentada no Acre e o @portalg1, em sua primeira e única postagem sobre o assunto no referido período, trata a questão de forma fragmentada atrelada à recorrência da situação, mostrando uma imagem que é estereotipada, como da ordem do comum. O post mostra pessoas e até um animal doméstico se deslocando por meio de canoa em área de palafitas, cujas ruas encontram-se alagadas. As outras duas imagens da Figura 1, sobre o Maranhão, são da ordem do “curioso” ou “catastrófico”, conforme já apresentamos sobre o jornalismo ambiental abordado nas mídias hegemônicas.

Sobre o enquadramento feito pelo @revistatrip, o mesmo vídeo que foi postado trazendo o questionamento sobre a invisibilidade da região Norte nos meios tradicionais também foi publicado no @portalG1²², no entanto, com enquadramento bem superficial se comparado ao conferido pelo primeiro perfil.

Assim, foi no @escoladeativismo que percebemos que o vídeo, na verdade, é uma produção de um usuário do Instagram, nomeado @jandermanauara²³, não necessariamente jornalista (pelo menos não assim identificado em seu perfil), mas influenciador de opinião e produtor de conteúdo regional sobre a cidade de Manaus (AM), o que não foi destacado nem pela *Revista Trip* (que creditou o vídeo como “Reprodução/Twitter”) e nem pelo *Portal G1*, que nem sequer deu créditos às imagens divulgadas. Do que identificamos a possibilidade de participação das audiências no agendamento de questões que, segundo seus julgamentos pessoais e senso de colaboratividade — potencializado pelo estar “na hora certa, no lugar certo”, com um *smartphone* na mão — podem se empoderar enquanto “prosumidores” de informação/contéudo online e de interesse público.

Também no @escoladeativismo, autodenominado no Instagram como comunidade de conteúdo ativista, encontramos quatro postagens no mesmo período sobre a questão climática e vimos pela primeira vez a #sosAcre como repercussão reproduzida do conteúdo do @chicomendescomitê. Este último é um perfil acreano não jornalístico, mas sim ambientalista, com 12 postagens sobre a emergência ambiental

²² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqOm7VRJGv1/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/jandermanauara/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

consequente das fortes chuvas que atingiram o estado da região Norte, levantando não apenas a *tag* #sosAcre como também #racismoambiental. Os posts encontrados em ambos os perfis são muito mais da ordem do contradiscurso, ou seja, da “militância”, do que do enquadramento noticioso tradicional.

Somente no @chicomendescomite vimos mais fortemente a mobilização #sosAcre em solidariedade aos conterrâneos do ambientalista, seringalista e ativista político, nascido no estado e assassinado em nome de sua luta sindical na bacia amazônica: Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes (VENTURA, 2003).

As postagens nesse perfil trazem questionamentos e explicações que cruzam o desastre ambiental que acometeu São Paulo com a emergência climática desencadeada pelas fortes ações de desmatamento, garimpo ilegal, genocídio indígena, queimadas e aquecimento global iniciadas na Amazônia desde a colonização até os dias de hoje, mas, principalmente, durante o enfraquecimento da pasta ambiental do governo bolsonarista no Brasil (2019-2022).

O perfil traz ainda a colaboratividade de Angela Mendes, presidenta do Comitê Chico Mendes, na produção de conteúdos por meio de vídeo-*selfies*. E ainda reverbera opiniões de usuários(as) da rede, como as de moradores de áreas afetadas pelos transbordamentos do Rio Branco, sobre a invisibilidade histórica sofrida pelos estados amazônicos na mídia brasileira (Figura 2).



Figura 2: Post no @chicomendescomite

157

Percebe-se que a postagem está tagueada por #sosAcre e também #racismoambiental, e se trata de um carrossel, trazendo vários *cards* com opiniões de outros(as) usuários(as) que compõem a rede que, em nossa pesquisa, denominamos “Pró-Norte”²⁴: em maioria formada pelos próprios(as) nortistas e/ou influenciadores(as) que se identificam/solidarizam com a causa. Ao que creditamos a reverberação deste tema também no perfil regional @amazoniareal, que é exclusivamente pautado pelas questões amazônicas, sejam climáticas sejam sócio-políticas, culturais ou de conflitos.

Especificamente sobre a pauta que analisamos no presente artigo, o perfil @amazoniareal fez uma única postagem²⁵ (Figura 3) sobre o assunto das enchentes no Acre e indexou o conteúdo também com a *tag* #criseclimática, ou seja, enquadrando e sugerindo que a situação de calamidade pela qual passa o estado não se trata de algo temporário e/ou passageiro — ou recorrente e, por isso, menos importante — e, sim, uma situação instalada, porque negligenciada pelo poder público e pela atenção nacionais, e que, agora, ultrapassa os limites de fronteira da Amazônia Legal para ganhar atenção, inclusive, de movimentos ambientalistas internacionais.

²⁴ Conceito por nós trabalhado no artigo *Fluxos decoloniais em redes digitais por uma conectividade nortista*, disponível em: <https://bit.ly/3pkFNe6>. Acesso em: 15 mai. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqX5y0ss4TC/>. Acesso em: 25 abr. 2023.



Figura 3: Post no perfil @amazoniareal

A chamada do perfil é um convite para acesso a uma reportagem²⁶ de cunho aprofundada sobre a situação do Acre no *site* de notícias amazoniareal.com.br, em que encontramos a definição do que vem a ser o conceito de racismo ambiental. Segundo a notícia, o racismo ambiental se refere à desproporcionalidade “dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais que recaem sobre os grupos étnicos mais vulneráveis, mostrando que nem a destruição do planeta acontece de forma democrática” (PASSOS *apud* LIRTÊZ, 2023, n.p.). Ainda segundo a reportagem, o racismo ambiental atinge recorrentemente as cidades amazônicas como resultado da combinação de fatores “históricos e sociais de exploração a recursos naturais, mas inclui principalmente ações de governos, indústrias e instituições que perpetuam desigualdades sociais e econômicas na região” (LIRTÊZ, 2023, n.p.).

A fim de melhor expor o *corpus* analisado e a nossa categorização/sistematização da seleção de posts por perfis segundo os enquadramentos observados

²⁶ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sob-calamidade-da-enchente-acre-expoe-racismo-ambiental/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

por meio da avaliação interpretativa (GOFFMAN, 1974 *apud* SOARES, 2009), que realizamos de forma assistida no Instagram, apresentamos a tabela abaixo:

Tabela 1: *Corpus* analisado por categorização de enquadramentos identificados no período entre fevereiro e março de 2023

Perfis do Instagram analisados	Posts sobre Clima	Abordagem sobre Norte/Nordeste	Enquadramentos identificados	Hashtags repercutidas
@PortagG1	60	6	Enquadramento segundo esquemas mentais prévios e padrões tradicionais do jornalismo, tratando a pauta ambiental de maneira fragmentada e/ou a partir de aspectos isolados.	#tragédia #chuvas #SãoPaulo #litoralnorte #SãoSebastião #VilaSahy #G1 #alagação #Acre #Maranhão #deslizamento #natureza #amazônia #mudançaclimática
@Revista Trip	6	2	Enquadramento alternativo-independente, a partir de valores compartilhados enquanto contraponto à imprensa tradicional.	#racismoambiental #justiçaclimática
@Escolade Ativismo	4	3	Enquadramento alternativo-independente e midiativista, que traz atalhos cognitivos de negociação crítica dos sentidos e convite à ação.	#EducaçãoClimáticaJá #criseclimática #mudançasclimáticas #açõesolidária #doação #Manaus #SosManaus #Acre #SosAcre
@Amazônia Real	1	1	Enquadramento alternativo-independente, a partir de valores compartilhados e construtivistas, por trazer perspectivas educacionais decoloniais.	#racismoambiental
@Chico Mendes Comite	12	12	Enquadramento sistemático-integrativo socioambientalista e ativista, e, por isso, construtivista, por trazer perspectivas educacionais decoloniais.	#Amazônia #SoSAcre #Criseclimática #injustiçaclimática #emergênciaclimática #racismoambiental

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Com isso, consideramos que, na plataforma digital Instagram, os enquadramentos trazidos pela imprensa alternativa e as *hashtags* de conteúdos que consideramos “decoloniais” e, ao mesmo tempo, “educacionais” sobre a Amazônia e a pauta climática — que é, ou pelo menos deveria ser, de interesse público mundial —

funcionam como “Instaframes”, ao trazerem para a ordem do dia da webmídia, as regiões Norte e Nordeste do Brasil (como também já ocorreu via *tags* #SoSAmapá²⁷ e #SoSBahia²⁸). Tais regiões e abordagens são tradicionalmente invisibilizadas nas coberturas hegemônicas de um país marcado também por perpetuar a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2007)²⁹, por meio de práticas de colonização interna (BHABHA, 1998; LOUREIRO, 2022) e a manutenção das desigualdades socioeconômicas e/ou culturais entre suas unidades federativas.

Considerações finais

Sobre o questionamento central deste artigo, podemos afirmar que, com base nos exemplos selecionados e analisados, a decolonialidade está, sim, presente e manifestada no jornalismo contemporâneo praticado e consumido no Instagram. A natureza dessas narrativas se caracteriza pelo agenciamento de redes, as quais conferem aos participantes dos processos comunicacionais a possibilidade de engajar *hashtags*.

Se, historicamente, o jornalismo tradicional foi um clássico instrumento de reproduzir e circular o discurso dominante, agora, por meio das potencialidades da tecnologia e da ambiência digital, é possível perceber novas configurações narrativas. Estas permitem aproximações entre os movimentos sociais em rede e os coletivos jornalísticos de resistência, os quais, somados à colaboratividade do público, transformam o jornalismo — como no caso que aqui demonstramos — em instrumento de decolonialidade.

Desse modo, apesar da lógica algorítmica e do colonialismo de dados (CASSINO *et. al.*, 2021), as redes sociais digitais também podem servir à descentralização e à democratização de processos comunicacionais, potencializando e reconfigurando o engajamento da audiência — aqui, claro, considerando um cenário ideal de acesso e conectividade digital — por meio da interatividade online.

²⁷ Conforme também abordado no artigo disponível em: <https://bit.ly/3pjGzQ>. Acesso em: 15 mai. 2023.

²⁸ *Hashtag* mobilizada nas redes sociais — e na web de um modo geral — a fim de angariar recursos em favor de vítimas de estragos causados por fortes chuvas que atingiram a Bahia em janeiro de 2022. Disponível em: <https://brazilfoundation.org/sos-bahia/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²⁹ Isto é, a permanência da colonização por meio de atos e mentalidades dominantes que se sobrepõe a grupos sociais marginalizados, apesar do fim do oficial do colonialismo histórico.

Ao se caracterizar pela horizontalidade de polos emissores e receptores, as redes sociais digitais, a exemplo do Instagram, favorecem a circulação cooperativa de informações, mesmo que perpassem por redes agenciadoras, que já não mais, ou nem sempre, necessitam de uma liderança formal, isto é, da mídia tradicional.

Na plataforma digital Instagram, as *hashtags* sobre a pauta climática que elencamos neste estudo funcionaram como “Instaframes”, ao trazerem para a cena da ordem do dia da webmídia, a região Norte do Brasil, tradicionalmente invisibilizada nas coberturas de imprensa de um país marcado pela desigualdade socioeconômica e cultural entre suas regiões. Vimos, portanto, que as contranarrativas da mídia alternativa e a ação colaborativa de usuários(as) e ativistas na produção de conteúdo em rede para a formação da opinião pública sobre o assunto específico aqui apresentado facilitaram o alcance das informações regionais no país e até no mundo, pelo viés da circulação digital.

Assim, as *hashtags* #racismoambiental, #sosAcre, e ainda, #criseclimática, trouxeram às redes uma série de iniciativas que buscaram evidenciar, entre outros fatos, que, além de floresta, a região amazônica também possui povos, áreas urbanas e realidades que correspondem a mais do que implica simplesmente a exploração econômica e ambiental de suas riquezas naturais. E que as consequências desse histórico colonial repercute, inclusive, sobre o clima da região Sudeste, pois as calamidades pelas quais passaram os sudestinos com os alagamentos decorrentes das fortes chuvas de março/fevereiro de 2023 são constantes em estados nortistas, recorrentemente “não vistos”, nem pelo poder público, nem tampouco pela imprensa nacional.

Desse modo, os conteúdos indexados nas referidas *tags* agregam valor “educativo decolonial” à informação jornalística de webmídia. Afinal, pelo que observamos, levantaram questões sobre a Amazônia não comumente destacadas pela mídia tradicional, ou, pelo menos, não com o enquadramento proporcionado pela ótica alternativo-militante. Sendo, outrossim, recorrentemente apresentada como uma região marcada por imensas lacunas tanto no que consiste à cobertura midiática quanto à valorização dos direitos humanos e à promoção de justiça socioambiental.

Referências

- AMARAL FILHO, O. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Curitiba: CRV, 2016.
- AMORIM, C. R. T. Chagas. Paulo Freire e o direito à palavra dos/as oprimidos/as nas lutas anticapitalista, antirracista e anti-heteropatriarcal. In: **Anais do 30º Encontro Anual da COMPÓS**, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BENKLER, Y. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BERTOCCHI, D. Dos **Dados Aos Formatos: um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo. Orientação: Elizabeth Nicolau Saad Corrêa. São Paulo: D. Bertocchi, 2013. 245 p.: il.
- CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C. (org.). **Jornalismo móvel: linguagem, gêneros e modelos de negócio**. Collection: LabCom Books, 2017. Disponível em: <https://www.labcom.ubi.pt/book/289>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- CASSINO, J. f.; SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J. (org.) **Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na Guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia literária, 2021.
- COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. John Wiley & Sons, 2016.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Bioeconomia: uma agenda para o Brasil - Brasília**: CNI, 2013.
- COSTA, V. M. T. **À sombra da floresta: a Amazônia no jornalismo de televisão**. Belém: Paka-tatu, 2022.
- DUTRA, M. S. **A natureza da Mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- FERRAZ, C. P. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. In: Aurora: **Revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.12, n.35, p. 46-69, jun.-set., 2019.
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- GÓMEZ, G. O. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.
- INSTAGRAM. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br>. Acesso em: jul. 2022.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. 2. ed. Tradução de S. Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica on-line**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: São Paulo: Edusc, 2012.

LIMA JUNIOR, W. T. NEOFLUXO: Jornalismo, base de dados e a construção da esfera pública interconectada. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 21, p. 137-149, jun. 2011.

LIMA, V. M. A. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: SARDINHA, A.; LIMA, V. M. A.; LARA, E. C.; BELMONTE, V. (org.) **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá-AP: Editora UNIFAP, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3CMb2lq>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LIRTÊZ, H. Sob calamidade da enchente, Acre expõe racismo ambiental. **Site Amazônia Real** [28/03/2023]. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sob-calamidade-da-enchente-acre-expoe-racismo-ambiental/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LOUREIRO, V. R. P. **Amazônia**: colônia do Brasil. Manaus: Ed. Valer-Manaus, 2022.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 28-56

MARTINS, E.. Ativismo e resistência em tempos de pandemia. In: SARDINHA, A. C.; LARA, E. C.; BELMONTE, V.; LIMA, V. M. A. L. (org.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: Edunifap, 2022.

MIGNOLO, W. **La idea de américa latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa: 2007.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MISSE FILHO, M., & LOOSE, E. B.. O pensamento ecológico na cobertura jornalística brasileira: o caso da Baía de Guanabara. **Revista Eco-Pós**, 2020. 23(2), 33-58. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i2.27516>. Acesso em: 28 abr. 2023.

NEWMAN, N. Overview and key findings of the 2022 Digital News Report. [15 jun. 2022]. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>. Acesso em: 24 out. 2022.

O MAPA DO JORNALISMO INDEPENDENTE: um projeto da Agência Pública. **Site Agência Pública**. Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PINHEIRO, J. M. S. **Frames, Pacotes e Datagramas**. Disponível em: <https://bit.ly/3PoQWVO>. Acesso em: 28 abr. 2023.

POSSEBON, A.; SOARES, M. C. Movimento social e jornalismo militante: o Jornal sem Terra. **Ave Palavra**, v. 13, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134945>. Acesso em: 10 mai. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más**

allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/ Siglo del Hombre, 2007. p. 93-126.

RODRIGUES, R. B. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação.** Recife: IFPE, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CMb2lq>. Acesso em: 26 de out. 2022.

SÁ, F. P. SCOLARI, C. A. Ecologia dos meios de comunicação, alfabetização transmídia e redesign das interfaces. In: **MATRIZES**, v. 12, n. 3, set./dez. 2018.

SARDINHA, A.; LIMA, V. M. A.; LARA, E. C.; BELMONTE, V. (org.) **Decolonialidade, Comunicação e Cultura.** Macapá-AP: Editora Unifap, 2022. Disponível em: < >. Acesso em: 28 abr. 2023.

SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2009. 272 p. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOBRAL, K. M; RIBEIRO, E. C. S. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. In.: **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/issue/view/218>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

STEIGLEDER, D. G. **Jornalismo ambiental:** complexidade para ligar os pontos. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/tag/jornalismo-ambiental/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

STRATE, L.; BRAGA, A.; LEVINSSON, P. **Introdução à ecologia das Mídias.** São Paulo: Edições Loyola, 2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo.** Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

VENTURA, Z. **Chico Mendes:** crime e castigo. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

VERÓN, E. **La semiosis social, 2:** ideas, momentos, interpretantes. Buenos Aires: Paidós, 2013.

Submissão: 18 de mai. 2023

Aceite: 13 de jun. 2023.